

Desenvolvimentismo em crise e a tecnocracia em Minas Gerais: a polivalência entre a FIEMG e o BDMG (1961-1968)

Jean Talvani Costa

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apontar e discutir a atuação da chamada tecnocracia mineira entre dois órgãos distintos: a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), sindicato patronal do empresariado industrial, e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), banco estadual para o desenvolvimento regional. Assumimos para análise o período inicial da fundação do BDMG, tendo como foco o envolvimento empresarial no processo. O período situado entre 1961 e 1968 é rico para análise, pois a crise acentuou a descapitalização da indústria no estado, de tal maneira que a fundação de uma instituição de fomento econômico foi um importante mote para o empresariado. O período se encerra com a divulgação do Diagnóstico da Economia Mineira, em 1968, um profundo estudo das potencialidades da economia mineira do período. Para dar conta do tema, este trabalho está dividido da seguinte forma: na primeira seção, a preocupação é a de caracterizar a situação e a política econômica do período 1961-1968, na segunda seção, procura-se caracterizar a tecnocracia mineira, na terceira e última seção, trata-se da relação das duas instituições.

Palavras-chave: FIEMG, BDMG, economia mineira, desenvolvimento regional, desenvolvimentismo.

Área temática: História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica.

1. Introdução

Este trabalho se trata de uma pesquisa ainda em seu início, que procura tratar da atuação de duas instituições mineiras em um contexto de crise da economia do estado. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) foi fundado em 1962 – ainda que sua atuação tenha se efetivado apenas no ano seguinte – com a intenção de responder à insuficiência e à debilidade do empresariado industrial regional em promover um pacote mais amplo de industrialização no estado.

Complementa-se a isso, o fato de que os anos situados entre 1962 e 1968 são marcados por uma grave crise econômica no país, que teve efeitos sobre Minas Gerais, levando à descapitalização de diversos setores, além de gerar a concentração industrial. Nesse sentido, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) aparece como uma instituição

que reunia os setores tradicionais do estado, em que se destaca o papel de pequenas e médias associações patronais.

Sendo assim, procura-se indicar os principais aspectos da crise econômica dos 1960, que prejudicou o projeto desenvolvimentista, em seguida, trataremos do papel da tecnocracia mineira, por fim, algumas indicações da polivalência entre as elites serão indicadas.

2. O desenvolvimentismo em crise

O início da década de 1960 indicava que a fase de desenvolvimento acelerado verificado durante os anos 1950 apresentava sinais de esgotamento. A desaceleração do crescimento no período, causada pelo aumento da capacidade ociosa após a maturação dos investimentos, obrigava o empresariado a tomar decisões objetivando a acumulação de capital, ocasionando a diminuição no gasto privado, assim como a redução do número de empregos criados.

A partir desse primeiro entrave, podemos salientar que se, de um lado, o empresariado precisava acumular capital mediante corte de gastos, por outro, os trabalhadores procuraram defender sua renda real exigindo aumento nos salários. O que configurava um conflito distributivo entre empresários e trabalhadores (Bastos, 2011).

Ao passo que o Plano de Metas acumulou queda de 20% nas exportações, levada sobretudo pela queda do preço do café, as importações de insumos básicos e bens de capital puderam ser financiadas pelo influxo de investimentos externos e créditos comerciais: na conclusão do Plano, as remessas de lucro, juros e dividendos pressionavam remessas cambiais e a taxa de câmbio do cruzeiro, gerando o desequilíbrio no balanço de pagamentos (Bastos, 2011).

A aceleração inflacionária apresentava-se como outro problema, dado que o déficit público e o estrangulamento nas ofertas eram os seus grandes motivos. O processo de diversificação produtiva era barrado por problemas financeiros e tecnológicos. A inflação corroía tributos, o que fazia com que os contribuintes atrasassem o recolhimento, assim a desaceleração do crescimento era proporcional à arrecadação tributária. Desse modo, além da alta geral de preços, o déficit fiscal era outra preocupação quanto ao planejamento econômico (Bastos, 2011).

A agonia do governo João Goulart, que já havia começado com sua turbulenta posse após a renúncia de Jânio Quadros, não se acalmou quando da retomada do presidencialismo no país. O malogro de seu programa de estabilização econômica – Plano Trienal -, a má vontade das autoridades econômicas externas na renegociação de prazos e financiamentos da

dívida externa, a polarização partidária e a agitação social no campo e na cidade se tornavam cada vez mais insustentáveis.

Em março de 1964, o governo Goulart tomou abertamente sua opção ao regulamentar as reformas de base, em especial a reforma agrária. Enquanto isso, terminava de esvaír qualquer apoio que ele tivesse entre os grupos mais conservadores, de modo que a oposição empresarial, religiosa, latifundiária e partidária foi incrementada com o decidido apoio militar com os episódios de anistia aos marinheiros rebeldes do Forte do Rio de Janeiro.

Liderado pelos generais mineiros Olímpio Mourão Filho e Luís Carlos Guedes, sob o aval dos três principais governadores – Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros – e com o reforço estadunidense por meio da Operação Brother Sam, o golpe civil-militar pôs fim ao governo Goulart e ao regime democrático no Brasil.

Eleito indiretamente e empossado em 9 de abril de 1964, o General Humberto de Alencar Castello Branco ficou responsável por liderar um governo que se prometia provisório e transitório, mas que se provou o início de um regime militar que só se teria fim 21 anos depois.

Castello Branco fazia parte de uma ala mais intelectualizada dentre os militares. Esses, chamados castelistas, defendiam que o governo promovesse reformas institucionais e burocráticas, utilizando-se do aparato autoritário mais para descolar o centro decisório político da sociedade civil organizada, do que para restringir sistematicamente a liberdade de expressão e política (Napolitano, 2014).

Para promover as reformas econômicas, foram empossados Roberto Campos e Octávio de Gouvêia Bulhões, nos ministérios do Planejamento e da Fazenda, respectivamente. Assim, em novembro de 1964, era lançado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Entre seus objetivos se destacavam: a redução progressiva da inflação, retomar o desenvolvimento econômico, corrigir as desigualdades regionais, combater o déficit do balanço de pagamentos e estruturar a política financeira para que o Estado tivesse condições de captar novas fontes de recursos.

A questão inflacionária foi diagnosticada pelos artífices do PAEG como resultado de uma série de desequilíbrios na política monetária que conduzia à pressão da demanda sobre os preços, o que exigia, portanto, uma resposta de contenção da demanda para reconduzir os preços aos patamares aceitáveis. Esses desequilíbrios da política monetária podem ser reconhecidos pelos déficits governamentais, pelo mecanismo de excesso de emissão e liquidez causado pelas políticas de crédito farto aos setores empresariais privados e aos reajustes salariais acima da produtividade, levados a cabo, em especial, pelo “populismo trabalhista”.

As reformas institucionais dizem respeito não apenas a visão reformista e intelectualizada da ala castelista dos militares, mas também ao próprio pensamento econômico dos artífices do PAEG. Octávio Bulhões fora o mais relevante defensor da fundação de uma instituição que concentrasse os poderes executivos, comerciais e operatórios da moeda no Brasil, tendo participado da fundação da SUMOC em 1945, foi fundamental para o surgimento do Banco Central. Por seu turno, Roberto Campos, desde os anos 1950, quando esteve como Lucas Lopes à frente do Plano de Metas, defendia a função telescópica do Estado, que, por meio do planejamento, poderia captar recursos estrangeiros em forma de investimento direto ou empréstimos capazes de suplementar a debilidade do investimento privado interno (Bielschowsky, 1998).

Como aponta José Serra (1982), o período Castello Branco condicionou o crescimento vertiginoso que seria verificado entre 1968 e 1973, por meio da capacidade da poupança, do restabelecimento da credibilidade com os credores estadunidenses e pela ampla possibilidade de maturação dos investimentos sobre a capacidade ociosa.

Efeitos regionais também podem ser considerados. Clélio Campolina Diniz (1981), expõe que o período de descapitalização do intervalo 1962-1967 gerou um rearranjo na organização empresarial em Minas Gerais, o empresariado local confinado nos setores menos expressivos da economia teve que procurar novas estratégias de investimento, abrindo espaço para a proximidade com os órgãos estaduais de planejamento, como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), e a preparação para o influxo de investimento estrangeiro, que se tornaria vultoso a partir dos anos 1970.

Nesse sentido, o advento da crise econômica e com as incertezas na direção política da primeira metade da década de 1960, houve uma retração dos investimentos e um retardamento da expectativa da expansão do parque industrial no Estado (Diniz, 1981). Setores de bens de consumo não duráveis sofreram com a descapitalização, o que ensejou decisões de fusão de empresas em um momento de falência de muitos desses empreendimentos, sobretudo no gênero alimentício. Por outro lado, o setor de bens intermediários, como a metalurgia e a indústria química, cresceu no nível da participação no produto interno do Estado. A tendência geral verificada foi a de um acelerado processo de concentração de capital (Diniz, 1981).

3. Tecnocracia mineira

Desde a gestão de Milton Campos nos anos 1940, o papel de técnicos foi bastante relevante para a economia e para a política de Minas Gerais. A formulação do Plano Econômico para Fomento da Produção, em 1947, foi fundamental o papel de profissionais de

formação para identificar as debilidades da economia mineira, bem como as potencialidades para o desenvolvimento regional.

Vale lembrar que naquele momento não havia economistas nesse campo, pois ainda não havia um curso de economia específico, ainda que o curso de economia da Fundação Getúlio Vargas estivesse em seus primórdios. Isso levou a que esse papel fosse encampado pelos engenheiros.

Posteriormente, os engenheiros também participariam da fundação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), durante o governo de Juscelino Kubitschek, em um momento de implementação do “binômio energia e transporte”. Esses dois momentos indicam o papel da tecnocracia, como se convencionou a chamar o conjunto de profissionais de formação que se vincularam em diferentes setores públicos.

Esse conjunto de técnicos, naquele momento formado por economistas, participou da fundação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. A fundação de um banco regional aos moldes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) animou os setores empresariais. Ainda em abril de 1961, um conjunto de empresários exigiu por meio de um documento entregue junto ao então presidente da República, Jânio Quadros, sobre as necessidades do estado.

Em suma, as reivindicações presentes no documento caminhavam em três direções: a preocupação com o desenvolvimento regional, integração internacional e redução déficit público. A primeira, e mais aludida, apontava para a necessidade de descentralização da política bancária para os bancos estaduais, servindo de suporte às medidas de desenvolvimento industrial e agrícola por meio da desburocratização para os critérios de empréstimos.

A integração internacional era vista como útil por dois motivos: a garantia da expansão de mercados exportadores – pela estruturação de escritórios comerciais para a promoção de vendas no exterior – e a abertura para financiamentos e os empréstimos garantidos pela nova política cambial proposta pela Instrução 204. Por fim, a redução do déficit público, que, como expusemos anteriormente, era um tema extremamente caro nesse contexto, ocupava um destaque simples: “a redução das despesas do custeio do governo e a disciplinarização das despesas de investimento”. A primeira reconhecida na obrigação governamental em racionalizar seus aparelhos, enquanto a segunda estava a serviço da descentralização dos financiamentos.

Para assimilarmos o impacto inicial da atuação do BDMG, a partir da atuação efetiva do banco, em março de 1963, até dezembro de 1964 foram atendidos 89 projetos que geraram 2941 empregos diretos e investimentos de 5,9 milhões de cruzeiros, dos quais 2,2 milhões

diretamente injetados pelo BDMG, impactando os setores alimentar, metalúrgico, artefatos, mecânico, químico, farmacêutico, cerâmica, beneficiamento de minérios, eletrônica, ótica, fertilizantes, papel e rações.

No entanto, o grande projeto realizado pelo BDMG foi o minucioso e abrangente estudo produzido entre 1965 e 1967, o Diagnóstico da Economia Mineira. O objetivo do plano era captar a realidade do estado a fim de desenvolver diretrizes e possíveis caminhos para superar seu atraso relativo. Os 6 volumes da obra percorriam o espaço natural, a população, o setor agropecuário, a indústria e o setor público.

Indicadores como baixo grau de urbanização, prevalência do setor agropecuário, desníveis na produtividade e os baixos níveis de saúde e escolarização foram apontados como os sintomas do subdesenvolvimento mineiro. Sob o ponto de vista histórico, as causas do atraso do estado em comparação com outras unidades do país consistiam no tipo de povoamento, na pecuária extensiva, na mineração predatória e na dispersão urbana e econômica.

Segundo o Diagnóstico, Minas havia sido espoliada desde o período colonial, pela exploração de pedras preciosas, posteriormente, pelo fornecimento de minério de ferro e de produtos primários para as áreas industriais, até chegar no fornecimento de aço, cimento e energia elétrica à favor da industrialização de São Paulo. Nesse sentido, restava a Minas alguns projetos encapados pelo capital estrangeiro e pelo Estado, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro se constituíam enquanto polos industriais privilegiados.

O impacto do Diagnóstico foi bastante considerável, levando ao tratamento das questões do atraso relativo e espoliação do estado por outras unidades em diversos meios. O Diagnóstico também foi capaz de aglutinar o governo estadual e suas elites empresariais em torno de reivindicações junto ao governo federal. A tecnocracia saiu bastante privilegiada desse processo, destacando-se em contraste com a classe política. Esse grupo teve a oportunidade de ampliar seu prestígio junto a questões decisórias do estado. Como um lugar privilegiado dessa tecnocracia, o BDMG ganhou prestígio em âmbito regional e nacional.

4. Polivalência entre tecnocracia e empresariado

Como apontado anteriormente, o empresariado se animou bastante com a existência de um banco de desenvolvimento capaz de estudar e aplicar possíveis caminhos para o desenvolvimento regional mineiro. Além disso, indica-se que houve a polivalência entre personagens ligados aos sindicatos patronais e as instituições públicas em Minas. Ainda há uma lacuna que dê conta dessa questão.

Otávio Dulci, por exemplo, indica alguns personagens que coincidem com essa referida polivalência. Lucas Lopes foi engenheiro da Rede Mineira de Viação, passou pela Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, pela Companhia Brasileira de Engenharia, tendo grande destaque nos anos 1950, ao assumir a presidência da CEMIG e o Ministério da Fazenda durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Mauro Thibau era diretor da FIEMG no início dos anos 1960, ao mesmo tempo em que estava na diretoria da CEMIG, quando assumiu o ministério das Minas e Energia do governo Castello Branco, em 1964. Governador de Minas entre 1966 e 1971, Israel Pinheiro também é outro personagem que passou pelo setor privado e pelo setor público em sua trajetória, destacando-se sua atuação na Vale do Rio Doce e na NOVACAP.

Para os limites deste trabalho, vale a pena destacar a presença de Nansen Araújo. Médico, engenheiro, presidente da Nansen AS, além de sua atuação política bem intensa, foi diretor e vice-presidente da FIEMG, onde esteve à frente do principal periódico da entidade, a revista Vida Industrial. Em dezembro de 1965, a edição da revista trazia a notícia de que Nansen Araújo se tornou diretor do conselho administrativo do BDMG. Em seu discurso de posse:

No ponto de vista de autoridade pessoal, ninguém pode esperar muito de mim. Configurou-me uma espécie de força coesiva entre o banco e a indústria, refletindo nesta casa as repercussões de seus atos no ambiente industrial e, por conseguinte, levando a seus diretores uma consciência da verdade que procuram alcançar.

Como podemos atestar pelo discurso, realizado na companhia de Fábio de Araújo Motta, presidente da FIEMG, e pelo então governador mineiro, Magalhães Pinto, o papel complementar entre empresariado e setor público era defendido, pensado a partir da experiência de Araújo como homem de empresa, que agora poderia contribuir junto ao banco.

Desde a fundação do BDMG, a FIEMG possuiu vínculos com a instituição, como o início da elaboração do projeto de banco em 1957, quando alguns membros do Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG compôs a assessoria do deputado Saulo Diniz, responsável pelo projeto. Quando da fundação e atuação do banco, esses técnicos se tornariam membros do BDMG. São eles Roberto Teixeira Campos, José Vianna de Assis, Silviano Cançado Azevedo e Jaime de Andrade Peconick, sendo que esses dois últimos chegaram a ser diretores da instituição.

5. Considerações finais

A divisão recorrente que fazemos entre setor público e setor privado merece ser vista ancorada em algumas nuances que muitas vezes passam despercebidas. O objetivo deste trabalho foi apontar que a crise econômica dos anos 1960 favoreceu uma nova fase para a tecnocracia mineira.

Nesse contexto, o empresariado industrial vinculado à FIEMG se envolveu ativamente no surgimento da instituição. Em seus primeiros anos de existência, o banco iniciou sua participação junto a alguns projetos. No entanto, sua ação de maior impacto seria verificada com o Diagnóstico da Economia Mineira, um minucioso estudo que permitiu importante grau de coesão entre as elites políticas e econômicas do estado.

A coesão, no entanto, não estaria apenas nas reivindicações, mas também nos espaços de atuação. Como verificado, alguns personagens possuem relevante desempenho tanto em órgãos privados quanto em instituições públicas. Para os limites deste texto, pode-se indicar a polivalência entre algumas figuras da FIEMG na formulação, atuação, assessoria e direção do BDMG, o que indica o grau de importância assumido pelo órgão aquela altura.

O grau de coesão entre os grupos empresariais e instituições públicas ainda merece mais atenção, principalmente em relação ao grau de polivalência entre seus personagens, algo que ainda se apresenta bastante lacunar. Nesse sentido, esse trabalho se propôs a fazer uma contribuição parcial nesse sentido, tendo em vista que ainda há muito a ser desenvolvido com relação a esse período localizado entre as décadas de 1960 e 1970, quando a economia mineira saiu de um período crítico para uma fase de grandes empreendimentos.

6. Referências bibliográficas

BDMG. *Diagnóstico da economia mineira*. 6 v. Belo Horizonte, 1968.

_____. *15 anos desenvolvendo Minas*. Belo Horizonte, 1977.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

FIEMG. BDMG: incentivador do progresso. *Vida Industrial*, Belo Horizonte, ano XII, out./nov./dez. 1965.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana. 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 213-232.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. *Revista de Economia Política*, v. 2/2, n. 6, abr./jun., 1982.